
PRÁXISCOMUNAL

volume 2 | número 1 | Janeiro - Dezembro 2019

FREDRIC JAMESON, TEÓRICO DA PÓS-MODERNIDADE

FREDRIC JAMESON, POST-MODERNITY THEORIST

Giovanna Henrique Marcelino



FREDRIC JAMESON, TEÓRICO DA PÓS-MODERNIDADE

FREDRIC JAMESON, POST-MODERNITY THEORIST

Giovanna Henrique Marcelino

RESUMO: Este artigo visa abordar a intervenção de Fredric Jameson no debate sobre a pós-modernidade. O objetivo principal é situar e posicionar a interpretação apresentada pelo autor nos anos 1980 em relação ao contexto teórico mais amplo em que estava inserido, marcado por discussões como as de “fim da modernidade” e “crise do marxismo”. Nesse sentido, pretende-se centrar não na temática que propriamente consolidou sua obra – a crítica cultural – mas na própria relação íntima que ela possui com outro aspecto, que ocupa uma posição igualmente importante em sua teoria: a crítica social. Com isso, espera-se evidenciar as contribuições originais que a teoria de Jameson oferece para o campo da sociologia contemporânea, sobretudo, para uma atualização do marxismo e de seu diagnóstico do presente histórico, a partir da apreensão crítica das transformações do capitalismo nas últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Fredric Jameson; modernidade; pós-modernidade; marxismo; teoria social.

ABSTRACT: This article aims to address Fredric Jameson’s intervention in the debate on postmodernity. The main objective is to situate and to position the interpretation presented by the author in the 1980s in relation to the broader theoretical context in which he was inserted, marked by discussions such as “end of modernity” and “crisis of Marxism”. In this sense, it is intended not to focus on the theme that properly consolidated his work – the cultural criticism – but on the very intimate relationship that it has with another aspect, which occupies an equally important position in his theory: social criticism. Thus, it is expected to highlight the original contributions that Jameson’s theory offers to the field of contemporary sociology, above all, to an update of Marxism and its diagnosis of the historical present, from a critical apprehension of the transformations of capitalism in recent decades.

KEYWORDS: Fredric Jameson; modernity; postmodernity; Marxism; social theory.

INTRODUÇÃO

Fredric Jameson é amplamente considerado um dos mais importantes críticos marxistas da atualidade, devido, principalmente, ao alcance e abrangência de suas análises – que mobilizam os mais diversos campos disciplinares (teoria literária, crítica cultural, filosofia etc.), tradições (existencialismo, formalismo, estruturalismo, psicanálise, teoria crítica etc.) e produtos culturais contemporâneos da literatura, cinema, arquitetura (romance realista, arte pós-moderna, ficção científica, vídeo, etc.) – aliada à preocupação de defender o marxismo e sua capacidade de interpretar as mudanças processadas na esfera da cultura e da sociedade nas últimas décadas.

Este artigo tem como objetivo investigar de que forma a obra de Jameson pode ser lida na chave da teoria social. Para isso, elencou-se como parâmetro principal de análise o tema da modernidade, basilar na constituição da tradição sociológica e que ganhou novos contornos nos anos 1970 após o surgimento de novos diagnósticos de mudança social e econômica, entre eles, o debate sobre a “pós-modernidade”. Pretende-se, assim, remontar de forma introdutória e panorâmica o contexto e o sentido geral que tiveram tais discussões para, em seguida, apresentar qual foi o tratamento específico e original que Jameson deu para o tema ao oferecer a compreensão do pós-modernismo como uma “lógica cultural” da terceira fase de expansão do capitalismo (o “capitalismo tardio”). Espera-se, assim, brevemente detectar as bases e elementos de sua formulação, bem como os passos dados pelo autor para chegar a essa formulação, num itinerário crítico que se pautou no deciframento do “inconsciente político” de diferentes manifestações culturais pós-modernas, do qual é possível extrair uma imagem da vida social e dos principais traços e sintomas da sociedade capitalista contemporânea. Entende-se, portanto, que, além de um crítico cultural, Jameson oferece importantes contribuições para a teoria social, representando um dos esforços contemporâneos surgidos no âmbito do marxismo que resgatou a perspectiva da “totalidade sistêmica”, num momento em que esta estava sendo posta em descrédito.

Para tanto, o procedimento metodológico fundamental utilizado nesse artigo foi a interpretação de um conjunto de textos (tanto de Jameson, como de seus interlocutores e comentadores) que melhor expressam o foco de investigação aqui elencado, de forma a compreender tanto o desenvolvimento interno da obra deste autor, quanto o ambiente de época no qual ela está inserida, na sua própria tentativa de entender essa época.

FIM DA MODERNIDADE?

A modernidade é um tema proeminente na história da tradição sociológica. Desde seu surgimento, a reflexão sobre a sociedade moderna e as configurações da vida social

nela inscritas se constituiu como uma de suas preocupações centrais. A partir dos anos 1970, tal reflexão passou, entretanto, por um momento de inflexão, cujo indício mais imediato foi a proliferação, especialmente nos países capitalistas avançados, de novas terminologias e abordagens teóricas – em geral identificadas pelo prefixo “pós” – que tematizavam um processo de mudança histórica radical e a entrada do mundo ocidental em uma nova ordem social, política e cultural.

Do ponto de vista do presente, pode-se dizer que o surgimento prodigioso dessa nova gama de diagnósticos foi produto de uma mutação fundamental na auto-compreensão das sociedades modernas a partir da segunda metade do século XX. Como ressalta Krishian Kumar (2006, p. 9), devido à intensidade das transformações processadas no pós-guerra¹, a atmosfera intelectual do Ocidente foi tomada por uma sensação generalizada e vertiginosa de mudança de época, baseada numa certa impressão de que o mundo tal como se conhecia até então estava caindo aos pedaços:

Ao longo do último quarto de século, temos ouvido persistentes afirmações de que as sociedades do mundo ocidental ingressaram em uma nova era de sua história. Essas ideias sugerem que, conquanto ainda sejam, sem a menor dúvida, sociedades industriais, elas passaram por mudanças de tal alcance que não podem mais ser aceitas pelos velhos nomes nem estudadas no contexto de antigas teorias. Essas sociedades seriam agora, de várias maneiras, “pós-industriais”: “pós-fordistas”, “pós-modernas”, e mesmo “pós-históricas”.²

Essa sensação geral de “fim de algo” – seja o fim da indústria, do fordismo, da própria História – indicava que algo estava separando decisivamente as sociedades contemporâneas das experiências sociais características do final do século XIX e início do século XX. Ou melhor, constatava que os processos históricos que até então pautavam o desenvolvimento das sociedades ocidentais – como a industrialização, a democratização, a urbanização – teriam terminado, ou mesmo se completado, e que o tipo de sociedade nascida do processo de modernização – marcado pelo contraste entre o tradicional e o moderno, o pré-capitalista e o capitalista, a sociedade e a comunidade, etc. – teria sido superado.

1 Sob um olhar panorâmico, é possível destacar alguns episódios históricos fundamentais: a efervescência política e sociocultural dos anos 1960; o êxito das políticas dos Estados de Bem-Estar Social entre 1960-1970 (pleno emprego, benefícios, direitos sociais, gradativa redução da jornada de trabalho), junto a sua posterior crise; o processo de desindustrialização nos países de capitalismo avançado e o crescimento progressivo do setor de serviços na década de 1980; e a virada neoliberal nos anos 1990 após a derrocada do socialismo real (ANDERSON, 1999, p. 109; KUMAR, 2006, p. 91; THERBORN, 2012, pp. 24-30). Foram acontecimentos que tiveram desdobramentos sociais e econômicos, além de grandes fissuras sociais e políticas.

2 Anthony Giddens (2000, pp. 9-10), igualmente, destaca a proliferação de abordagens e perspectivas metodológicas, baseada num “deslocamento terminológico”: “Ocorreu um certo deslocamento terminológico que simboliza uma mudança de orientações intelectuais. Enquanto, há algumas décadas, a maior parte das discussões se concentrava em noções como a de “sociedade industrial” ou “capitalismo industrial”, hoje, o termo mais comum é “modernidade” (ou “pós-modernidade”)”. Entre as tradições filosóficas que teriam assumido certa preponderância, estariam a fenomenologia, a hermenêutica, a teoria crítica, o interacionismo simbólico, o estruturalismo e o pós-estruturalismo (*Idem*, 1998, p. 21).

Diversos aspectos endossaram essa impressão: o gradual ofuscamento da oposição entre campo e cidade, os avanços da tecnologia e da ciência, o crescimento do papel da mídia e da propaganda, a ascensão de novos padrões de produção e consumo, o “fim” do movimento operário tradicional, o fortalecimento do mercado mundial e das empresas multinacionais em escala global, o aumento significativo do peso do capital financeiro na economia, etc. Tais fenômenos sugeriam, portanto, uma mudança social qualitativa, o que para muitos teóricos demandava, por sua vez, a formulação de novos modelos de explicação e conceituação, provocando-se rupturas epistemológicas pautadas, sobretudo, na reformulação dos parâmetros que até então balizavam a reflexão sociológica.

Intelectuais de diferentes linhagens e tradições passaram, assim, por um debate bastante extenso sobre o sentido das noções de modernidade, capitalismo e industrialismo (tal como teorizado por Marx, Weber e Durkheim), de forma que a teoria social se tornou um campo de investigação e formulação para uma série de novas interpretações, que visavam compreender até que ponto as transformações do período efetivamente indicavam o surgimento de um novo tipo de sociedade, ou, antes, a continuidade, aprofundamento e reestruturação dos principais traços da sociedade moderna. Junto ao amplo leque de termos que surgiram inicialmente para nomear o processo de mudanças nesse momento³, novas hipóteses de periodização histórica foram estabelecidas, cada qual atestando a validade ou insuficiência dos conceitos clássicos para caracterizar a nova realidade em questão.

No geral, as leituras pautadas na noção de ruptura de época, se propuseram a analisar esse período conturbado de mudanças em termos do encerramento de ciclos (econômicos, políticos e de desenvolvimento teórico), divergindo entre si propriamente na forma como situaram as origens da transição histórica em questão. Descrevem a emergência de uma nova formação social no começo dos anos 1970, algumas delas enfatizando as mudanças culturais, outras focalizando as transformações econômicas, mas todas de certa forma fundamentadas no problema latente de responder *o que* havia terminado e *quando*.⁴ A tese do “fim da modernidade”, por exemplo, surgiu no bojo dessas discussões, mobilizando a ideia de esgotamento completo do projeto moderno. Como bem sintetiza Rouanet (1998, p. 20-21),

3 Entre a variedade de terminologias e abordagens que foram incorporados ao arsenal interpretativo da sociologia, pode-se destacar os conceitos de “sociedade pós-industrial” (TOURRAINE, 1970; BELL, 1977), “condição pós-moderna” (LYOTARD, 1990), “sociedade de consumo” (BAUDRILLARD, 2008), “sociedade em rede” (CASTELLS, 2008), “sociedade reflexiva e do risco” (BECK, 2010), “capitalismo cognitivo” (GORZ, 2005), “novo capitalismo” (SENNET, 2006), entre outras designações.

4 Como aponta Daniel Bensaid (2008, p. 21), “Alguma coisa foi bem encerrada com o século. Mas o quê? O ‘curto século’ de que falam os historiadores, iniciado na Primeira Guerra Mundial e finalizado com a queda do Muro de Berlim? O período aberto pela Segunda Guerra Mundial, pela bipolaridade da Guerra Fria e pela acumulação fordista nas metrópoles industriais? Ou ainda um grande ciclo da história do capitalismo, inaugurado pela expansão impetuosa da segunda metade do século XIX, pelas conquistas coloniais e pela emergência do imperialismo moderno, pela formação de um movimento operário de massa com a criação da I e da II Internacional?”.

A modernidade econômica está morta, porque sua base era a industrialização, que hoje foi substituída por uma sociedade informatizada que se funda na hegemonia do setor terciário, o que significa que transitamos para um sistema pós-industrial; a modernidade política está morta, porque se baseava num sistema representativo e no jogo dos partidos, que deixaram de fazer sentido num espaço público dominado pela ação dos movimentos micrológicos, como o feminista e dos homossexuais, e pela ação de um poder que não está mais localizado no Estado, e sim numa rede capilar de disciplinas, que saturam os interstícios mais minúsculos da vida cotidiana; e a modernidade cultural está morta, em todas as duas manifestações – na ciência, na filosofia e na arte.

Daniel Bell e Jean-François Lyotard estão, sem dúvida, entre as referências que organizaram os pontos de vista dessa discussão a partir dos anos 1970. Bell adquiriu uma posição de influência ao deduzir que uma nova fase econômica estava colocando a noção de capitalismo industrial no passado. Em uma de suas principais obras, *O advento da sociedade pós-industrial* (1973), argumenta, por meio de uma série de estatísticas, a existência de uma profunda transformação na estrutura social das sociedades avançadas, prevendo sua entrada no momento “pós-industrial”. Isso seria confirmado, segundo o autor, pela substituição da “economia de produção de bens para uma de serviços”; pela transformação na distribuição ocupacional, a partir do declínio do trabalhador industrial e da “preeminência de uma classe profissional e técnica”; e, sobretudo, pela centralidade da tecnologia, das universidades e do “conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade” (BELL, 1977, p. 27-28). Nas palavras de Bell, o “uso do prefixo pós seguido de um hífen é assim um indício desta sensação de existência numa época intersticial”, ou seja, seria o indicativo “de que, em nossa sociedade ocidental, estamos no meio de uma vasta transformação histórica, na qual as antigas relações sociais (...) as estruturas de poder existentes (...) e a cultura burguesa (...) estão rapidamente desgastando” (*Ibidem*, p. 53-4). Ou seja, para Bell, grande parte das categorias que até então serviam de base para uma crítica à modernidade capitalista (tais como trabalho, mais-valia, capital, etc.) não seria mais adequada para se pensar a nova realidade “pós-industrial”. A sociedade capitalista tal como anatomizada por Marx teria chegado ao fim, surgindo uma nova ordem social cuja dinâmica não estava mais baseada na produção industrial e nas classes sociais e seus conflitos, mas em novos princípios, como o da primazia do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Lyotard, seguindo a mesma direção de Bell, também enxergou uma modificação do estatuto da ciência e da tecnologia no cenário de informatização das sociedades desenvolvidas. Para o autor, a condição pós-moderna seria a face cultural do surgimento da sociedade pós-industrial, caracterizando-a como o momento em que uma das principais forças de produção na sociedade passou a ser o conhecimento. Além disso, em oposição a

Habermas (autor que resistiu a ideia de pós-modernismo em nome da modernidade como um projeto inacabado), Lyotard (1990, p. xv-xvi) designa como um dos principais traços definidores da condição pós-moderna a chamada “crise dos relatos”, isto é, a perda da credibilidade e do poder de legitimação científica dos “mitos” justificadores da modernidade – mais precisamente, a visão iluminista de progresso e a narrativa marxista da emancipação. Na visão de Lyotard, estes, como modelos explicativos totalizantes da realidade, não seriam mais válidos ou legítimos, na medida em que o advento do momento pós-industrial e das tecnologias de informação formaram uma imagem mais complexa e diversificada de sociedade, o que obrigou a revisão dos enfoques universais e homogeneizantes de interpretação. Assim, o princípio de uma “metalinguagem universal” deveria ser substituído pelo da “pluralidade” (pelo método dos “jogos de linguagem” e das “performances”), defesa que ficou conhecido por sua declaração: “guerra à totalidade; sejamos testemunhas do irrepresentável; ativemos as diferenças e salvemos a honra do nome” (*Ibidem*, p. 79).

Bell e Lyotard advogam, portanto, em favor de uma cisão com o pensamento moderno e com a própria experiência da modernidade, algo que estaria vinculado tanto ao impacto da revolução científica e tecnológica nos anos 1970, como também ao colapso das capacidades explicativas das narrativas modernas, como o marxismo, que foi eleito pela maioria dos adeptos do prefixo “pós” como um interlocutor direto, em parte devido ao próprio posto particular que ocupava no universo dos debates que influenciaram a história do século XX, mas também por conta da constatação de que ele passava por um processo de deslegitimação e falência, algo que foi difundido na década de 1980 através das noções de “crise do marxismo” no campo teórico, e “crise do socialismo” no campo político, ambas referentes a uma perda de hegemonia desta tradição como forma de pensamento e prática. O resultado mais imediato de tais constatações foi, assim, um rearranjo no interior do pensamento crítico, com o desenvolvimento de abordagens teóricas alternativas (pós-estruturalismo, desconstrutivismo, pós-modernismo, etc.), por um lado, e com o reposicionamento do lugar antes ocupado pelos ideais marxistas no interior dos círculos filosóficos e políticos, por outro.⁵

A HIPÓTESE PÓS-MODERNA

A teoria pós-moderna foi uma das abordagens que nasceu no bojo das perspectivas “pós-marxistas” da teoria contemporânea. Ela se alimentou da desmoralização e das

5 Como também aponta Alain Badiou (2009, p. 134), o comunismo “foi durante cerca de dois séculos (desde a ‘comunidade dos iguais’ de Babeuf até os anos 1980) o nome mais importante de uma ideia situada no campo das políticas de emancipação ou políticas revolucionárias”, alavancando e servindo de fonte para grandes processos que formaram a história recente. Ou, como descreve Michael Burawoy (2000, p. 151), o marxismo foi um “espectro que assombrou o século XX”, inspirando algumas das maiores e mais criativas formas de pensamento – em prol e contra o marxismo – no âmbito da filosofia, história, economia, sociologia, política, etc. Segundo o relato de Perry Anderson (1985, p. 34), as críticas a esta tradição começaram a se intensificar, mais especificamente, a partir do final dos anos 1970, sobretudo em países como a França, gerando uma mudança significativa de “disposições nos círculos filosóficos e literários antes associados à esquerda”.

incertezas que tomaram a esquerda, especialmente após o desfecho de 1968, tornando-se uma espécie de “avalanche” e “moda intelectual” nos anos 1980. Foi uma das vertentes que melhor condensou, portanto, a ideia de “crise do marxismo” com a de fim do moderno.⁶

O termo pós-modernismo foi inicialmente usado como um rótulo para nomear uma série de novos discursos e práticas artísticas que surgiam no âmbito da arquitetura, artes visuais, música, teatro a partir dos anos 1960.⁷ Mas a variedade e amplitude de fenômenos que o conceito passou a abarcar revela como, na verdade, não há apenas uma via de abordagem ou mesmo somente um eixo central de questões numa definição sobre o pós-moderno. Como ressalta Perry Anderson (1999, p. 110), o conceito de pós-modernismo é extremamente polimórfico, pois o próprio “universo pós-moderno não é de delimitação, mas de mistura, de celebração do cruzamento, do híbrido, do *pot-pourri*”. Essa falta de delimitação tornou por muito tempo difícil uma conceituação clara do termo: “Se o pós-modernismo cobre tudo, desde o *punk* à morte da metanarrativa, dos *fanzines* a Foucault, como conceber que um único esquema explanatório possa fazer justiça a uma entidade de uma heterogeneidade tão fantástica assim?” (EAGLETON, 1998, p. 30).

Apesar disso, é nítido que sua existência está fundamentada num argumento essencial: a ideia de rompimento com a tradição moderna em termos estéticos, históricos e epistemológicos, traduzido na defesa do surgimento de um novo estilo no campo artístico (o pós-modernismo), assim como na hipótese filosófica de chegada de um novo momento histórico (o da pós-modernidade), ambas baseadas na ideia de atenuação das categorias modernas de explicação e num conjunto de prognósticos e retóricas negativas, como o fim da arte, das ideologias, da histórica, do sujeito, da luta de classes, etc..⁸ Como sintetiza o crítico literário marxista Terry Eagleton (1998, p. 7),

A palavra *pós-modernismo* refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo *pós-modernidade* alude a um período histórico específico. *Pós-modernidade* é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto

6 Como sintetiza Bensaid (2008, pp. 84-5), “De maneira geral, o termo pós-modernidade representa simplesmente a condição humana após a perda de confiança nas grandes promessas do futuro”.

7 Perry Anderson faz, em *As origens da pós-modernidade*, uma genealogia do termo; aqui iremos tomar a acepção comumente empregada a partir dos anos 1970 e 1980, quando seu uso passou a ser generalizado.

8 Segundo Anderson (1999), há pelo menos dois momentos principais para compreensão da noção de pós-modernismo: o primeiro, estético, datado no final de 1960 e início de 1970, com o surgimento de novas experiências artísticas na arquitetura, artes visuais, literatura, música, etc., como reação ao modernismo (considerado institucionalizado e, assim, sem o poder subversivo que lhe era antes característico); o segundo, emergente na filosofia social no final da década de 1970, no qual o debate sobre a “nova arte” e cultura processada no campo estético (“pós-modernismo”) se estende para a compreensão de uma “nova época” (a “pós-modernidade”) nas ciências humanas, tendo a obra do francês Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*, como uma das peças-chave centrais.

de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades. Essa maneira de ver, como sustentam alguns, baseia-se em circunstâncias concretas: ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, na qual a indústria de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política de classes cede terreno a uma série difusa de “políticas de identidade”.

Em termos filosóficos, portanto, a teoria pós-moderna está associada a uma desconstrução sistemática dos postulados e noções que formam a ciência moderna e o “grande relato da modernidade”, como os ideais herdados do Iluminismo (racionalismo, crença em leis universais e verdades absolutas, etc.). O sentido que perpassa tal questionamento é a ênfase na natureza essencialmente fragmentada e indeterminada do mundo e do conhecimento humano e a impossibilidade de qualquer visão totalizante ou qualquer teoria abrangente e universalista da história, tal como exprime Lyotard em sua noção de crise das metanarrativas. Assim, para os pós-modernos, a perspectiva da “história universal” e a visão modernizante do “progresso linear” não seriam tipos de explicação adequados para pensar a realidade social aberta pelo momento histórico da pós-modernidade⁹; alegam que a “fixidez” dos conceitos modernos reduz a variedade complexa de experiências humanas, ou seja, promove um “discurso” monolítico e ultrapassado que não é capaz de entender a gama heterogênea de estilos de vida, cultura, linguagens, personalidades que se desenvolvem nas sociedades pós-modernas. Em contraste, prometem, então, um discurso mais libertador, abundante em multiplicidade e pluralidade, como mostram os conceitos e retóricas da “performance”, “jogo”, “desconstrução”, “desejo”, “esquizofrenia”, “diferença”, “indeterminação”, etc.

Um dos exemplos que elucidam esse debate é noção de sujeito. Grosso modo, em contraposição a ideia de “homem universal”, definida pelos valores antropocêntricos da racionalidade clássica, a perspectiva pós-moderna propõe uma nova linguagem da subjetividade. Partindo da crítica à universalidade da definição moderna, substituem-na pela representação de identidades variáveis e inacabadas, que abarcariam a natureza fluida, plural e frágil das novas subjetividades, de forma que não existiria mais o sujeito, mas múltiplas posições subjetivas.¹⁰ Assim, na cultura pós-moderna, o sujeito contemporâneo não

9 Tais valores são vistos como a raiz dos desastres da humanidade no século XX, das guerras mundiais imperialistas à destruição ambiental. Nesse sentido, os principais objetivos do Iluminismo (a racionalização, o progresso científico e tecnológico, a educação universal nas sociedades avançadas, etc.) não apenas se concretizaram, como não fizeram nada para a liberdade humana, ao contrário, foram fonte para uma série de males “inesperados” (WOOD, 1997, p. 544).

10 Isso é visível nos esforços de teorização que surgiram no interior dos novos movimentos sociais, como, por exemplo, a crítica à marginalização da mulher presente na ideia de Homem universal realizada pela crítica feminista. Além de promover a desconstrução dessa concepção, o feminismo também estende a crítica à própria ideia de “mulher universal”, tendo em vista que as mulheres também não são idênticas

é mais visto como um agente monádico, mas como uma “dispersa e descentrada rede de conexões libidinais”; o “sujeito unificado” seria um “remanescente de uma antiga época liberal do capitalismo, antes de a tecnologia espalhar nossos corpos aos quatro ventos, em tantas bugigangas reificadas de técnica e apetite, operação mecânica ou reflexo de desejo” (EAGLETON, 1995, p. 66).

Além disso, a resistência ideológica ao conceito de totalidade, expresso de forma mais emblemática no slogan “guerra à totalidade”, é um dos principais eixos definidores da visão pós-moderna.¹¹ Na verdade, esta desafia a própria possibilidade de um ponto de vista totalizante: uma crítica ao capitalismo (enquanto um sistema) não seria executável, assim como a aplicação de noções gerais de igualdade e projetos políticos universalizantes (como a narrativa marxista de emancipação da humanidade pelo proletariado). Isso promoveu, por sua vez, um profundo deslocamento de interesses, dos temas universais (como a análise na perspectiva do modo de produção e da revolução social) para os particulares (estudos focalizados e formas de resistência dispersas). E, uma vez que o diagnóstico pós-moderno parte da ideia de que não é possível a realização de uma visão sistêmica da realidade, nem aspirar a uma emancipação geral da humanidade como forma de contestação a esse sistema, ele nega a própria ideia de processo histórico e mesmo do fazer histórico, o que acaba sendo uma contradição em termos – uma teoria de mudança de época baseada na negação da história (WOOD, 1995, p. 5). Além disso, se associa a um tipo de pessimismo político, o que mostra como um dos elementos importantes que está por trás da concepção de pós-modernismo é, também, a possibilidade da relação dialética entre teoria e prática.

Desse modo, apesar de levantar temas relevantes – como o das diferenças, da fragmentação do mundo contemporâneo, da tecnologia e do conhecimento, etc. – muitas das manifestações filosóficas e políticas do pós-modernismo acabaram se tornando uma versão das teses conservadoras sobre o “fim das ideologias”. Ao anunciar o fim das grandes narrativas e a perda de legitimidade dos conceitos que até então balizavam a compreensão da sociedade moderna, fomentaram uma “crise de veracidade” sem solução.¹²

umas às outras, tendo diferenças entre si, de classe, raça, etnia e sexualidade. Outro exemplo, pela vertente pós-estruturalista, encontra-se na difusão de descrições que visam a desconstrução do “sujeito unificado” do humanismo, valorizando o caráter fragmentado da subjetividade. São termos que vão da “esquizofrenia” (Derrida) à “morte do sujeito” (Foucault), que identificam na ideia de sujeito autônomo uma construção ideológica burguesa.

11 Segundo Jameson, a crítica pós-moderna ao conceito de totalidade geralmente confunde a aspiração marxista pela totalidade com totalitarismo. Por isso, os intelectuais comprometidos com essa visão tomam o sentido da noção de totalidade com o de autoridade intelectual (“o sujeito que conhece a totalidade”); com uma “imagem totalizadora da sociedade que reprime a diferença ou a diferenciação”; com uma “política de partido único, em oposição ao pluralismo dos chamados novos movimentos sociais”; com uma filosofia de base hegeliana que “reprime a matéria, o Outro ou a Natureza”; com uma estética que se referencia na “antiga obra de arte orgânica ou universal, em oposição ao fragmento contemporâneo ou “obra” aleatória; e com uma ética e psicanálise pautada no “antigo “sujeito centrado”, o ideal de uma personalidade ou ego unificado e um projeto de vida unificado” (JAMESON, 2009, p. 210). Ou seja, formam uma caricatura da totalidade, vinculada a própria conjuntura histórica de rejeição às formas políticas totalitárias, que acabam então fomentando uma compreensão distópica do conceito, como se ele representasse o pesadelo da repressão da Diferença (*Ibidem*, p. 213).

12 Como aponta Eagleton (1995, p. 65), a perspectiva pós-moderna “comete o erro apocalíptico de acre-

Assim, o pós-modernismo é um exemplo curioso de como concepções críticas podem se deslocar para seu campo ideológico oposto.¹³ Além disso, como insiste Ellen Wood (1997, p. 551), isso revela como o pós-modernismo pode ser descrito, antes de mais nada, como uma “condição psicológica” correspondente a um período controverso da biografia da *intelligentsia* da esquerda ocidental, ou ainda, a

(...) autoconsciência teórica de uma geração de intelectuais que chegaram à maturidade no momento atípico do longo *boom* do pós-guerra. Para alguns dessa geração, o fim do *boom* parecia o fim da normalidade, e assim o declínio cíclico desde a década de 1970 teve um significado especial, cataclísmico, para eles.

O PÓS-MODERNISMO DE JAMESON

A pós-modernidade inevitavelmente tornou-se um tópico do debate marxista durante os anos 1980, na medida em que questionava a validade de pilares explicativos constitutivos dessa tradição (MUSSE, 2012). Disputando o significado histórico e a atualidade destes conceitos, diversos autores travaram um diálogo com o diagnóstico pós-moderno, promovendo, na esteira dessa discussão, o esforço de atualização e readequação da obra de Marx para a compreensão da sociedade capitalista contemporânea, de forma a resgatar a perspectiva da “totalidade sistêmica”.¹⁴

Jameson foi um dos principais teóricos marxistas a intervir nesse debate. Sua postura inicial foi a de propor um modelo alternativo de compreensão sobre o pós-modernismo. Ele se tornou conhecido especialmente por apresentar em seus ensaios um contraponto às tendências dominantes nas discussões, que, para ele, haviam se desdobrado num conjunto de “prognósticos, catastróficos ou redencionistas, a respeito do futuro foram substituídos por decretos sobre o fim disto ou daquilo (o fim da ideologia, da arte, ou das

ditar que o descrédito dessa epistemologia representacional específica seja a morte da própria verdade, assim como às vezes toma a desintegração de certas ideologias tradicionais do sujeito pelo desaparecimento definitivo do sujeito. Em ambos os casos, os obituários são muito exagerados. O pós-modernismo persuade-nos a renunciar a nossa paranoia epistemológica para abraçar a rude objetividade da subjetividade aleatória”.

13 A obra de Lyotard é um dos exemplos dessa guinada. Após sua ruptura com o marxismo (que data da sua saída do grupo *Socialisme ou barbarie* nos anos 1960), acabou se convertendo num “apologista do próprio sistema”, na medida em que substituiu sua postura radical por um entusiasmo e elogio à inovação, à mudança, ao “desconhecido” e à heterogeneidade (JAMESON, 1984, p. x). Para Jameson, essa trajetória de Lyotard estaria presente como “inconsciente político” em sua obra. Essa virada no sentido inicial das intervenções pós-modernas é bastante similar ao processo descrito por Boltanski e Chiapello em *O novo espírito do capitalismo*, em que narram como o pensamento crítico francês dos anos 1970 serviu como uma espécie de antessala da racionalidade neoliberal.

14 Ou seja, uma série de esforços surgiu com vistas a entender esse último período em termos não de uma superação do capitalismo, mas de um novo estágio de seu desenvolvimento. Para a maioria dos autores, uma gama de fenômenos a partir dos anos 1970 sugeria o sistema capitalista estava passando por um processo de reestruturação, com a criação de novos mecanismos de valorização e reprodução do capital: as inovações tecnológicas e comunicacionais, que impactaram fortemente as formas de produção e consumo, os hábitos, práticas culturais e valores; as transformações na esfera produtiva, com a emergência de padrões mais “flexíveis” de trabalho e acumulação, com o processo de dispersão e fragmentação da produção, que adquiriu escala global; a crise do Estado de Bem-Estar Social e do socialismo real; a flexibilização dos direitos sociais, mercantilização dos serviços públicos, privatização de empresas estatais abertura dos mercados nacionais dos países periféricos à movimentação de capitais e serviços provenientes dos países capitalistas centrais; o processo de urbanização acelerada, etc. (HARVEY, 1992, p. 135-162). Nesse sentido, além do “pós-modernismo”, uma série de designações começou a fazer parte das análises marxistas, como os termos “globalização”, “neoliberalismo”, “financeirização”, “hegemonia”, “imperialismo”. Segundo Mello (2012, p. 131), essas são algumas “noções-chave” pelos teóricos marxistas, cada uma responsável por denotar algum aspecto – econômico, político, militar ou cultural – da atual fase de desenvolvimento capitalista.

classes sociais; a “crise” do leninismo, da socialdemocracia, ou do Estado do bem-estar, etc.)” (JAMESON, 1997, p. 27).

Seu primeiro contato com o tema se deu no âmbito da arquitetura, no qual aconteceram as discussões inaugurais sobre o “fim do modernismo” e o surgimento do pós-modernismo como um novo estilo cultural.¹⁵ A partir da arquitetura, começou a perceber as demais rupturas com o modernismo que gradualmente aconteciam em todas as artes – na literatura, com a quebra das noções tradicionais de enredo, tempo narrativo e personagem; na música, com a construção de novas experiências de temporalidade; nas artes visuais, com o surgimento de novas formas, como a do vídeo, etc. – e que estas mudanças nos diversos ramos da produção cultural se referiam não apenas ao âmbito da arte, mas também à outros níveis da vida social (ANDERSON, 1999, p. 58).¹⁶

Em *Pós-modernismo e Sociedade de Consumo* (1982) – ensaio no qual estabelece pela primeira vez suas teses centrais sobre o tema – Jameson destaca como a emergência e recorrência sistemática de certos aspectos formais em uma série de exemplares da arte pós-moderna na literatura, arquitetura, música, cinema – entre elas, a poesia de John Ashbery e a poesia coloquial; as formas arquitetônicas surgidas em reação ao modelo do *International Style*, tal como exposto por Robert Venturi no manifesto *Aprendendo com Las Vegas*; Andy Warhol, a *pop art* e o fotorrealismo; a música de John Cage, Philip Glass e Terry Riley, além do *punk rock* e *rock new wave*, com *The Clash*, *Talking Heads* e *The Gang of Four*; o cinema de Godard; os romances contemporâneos de William Burroughs, Thomas Pynchon, Ishmael Reed; o *nouveau roman* francês – eram um sinal de que um novo sistema representacional havia se consolidado, e que este acompanhava as características de uma virada que também se dava no âmbito do próprio capitalismo e da vida social (JAMESON, 2006a, p. 17). Nesse sentido, o conceito de pós-modernismo deveria correlacionar, antes de mais nada, “o surgimento de novos aspectos formais na cultura” (ou ainda, de “novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais”, o que Raymond Williams teria chamado de “estrutura de sentimento”), que se dava junto da emergência de “novas formas de organização e de produção econômica”, apresentando, assim, a hipótese de compreensão do pós-modernismo como um *conceito de periodização* referente a uma modificação sistêmica, um “novo estágio do capitalismo” (capitalismo tardio), e não a entrada da sociedade numa ordem totalmente nova (*Ibidem*, p. 18-20; 1997, p. 279).

15 Nas palavras do autor, “é no âmbito da arquitetura que as modificações da produção estética são mais dramaticamente evidentes e seus problemas teóricos têm sido mais consistentemente abordados e articulados; de fato, foi dos debates sobre arquitetura que minha concepção do pós-modernismo (...) começou a emergir. De modo mais decisivo do que nas outras artes ou na mídia, na arquitetura as posições pós-modernistas são inseparáveis de uma crítica implacável ao alto modernismo arquitetônico, a Frank Lloyd Wright e ao assim chamado estilo internacional (Le Corbusier, Mies etc.)” (JAMESON, 1997, p. 28). Um dos marcos importantes para o surgimento do pós-modernismo na arquitetura nesse sentido foi o documento *Learning from Las Vegas*, cuja retórica atribuía à concepção utópica da arquitetura moderna as características de elitista e autoritária, celebrando, em contraposição, as novas formas arquitetônicas “populares” dos painéis luminosos e da cultura dos cassinos. Além disso, nessa época, Jameson escreveu a introdução à tradução em língua inglesa do livro *Condição Pós-moderna*, de Lyotard, tarefa que o colocou diante de uma das principais fontes da concepção filosófica sobre o pós-moderno em voga na época.

16 Para uma descrição de como essa ruptura com o moderno se deu nos diversos níveis sociais – cultura, economia, teoria, política – ver Jameson (1992b).

O que permitiu o autor realizar essa virada de sentido e acepção do termo foi o esquema histórico-econômico apresentado por Ernest Mandel (1982), que, segundo ele, teria sido uma das mais importantes interpretações marxistas surgidas no período pós-guerra, em contraposição aos diagnósticos e “generalizações sociológicas ambiciosas” (sociedade pós-industrial, pós-moderna, de informação, consumo, etc.), ao servir como comprovação teórica de que a nova realidade em debate nos anos 1970 era produto de uma modificação sistêmica do próprio capitalismo e não a entrada numa nova ordem social, ou seja, a “continuidade em relação ao que precedeu e não a quebra, ruptura ou mutação que conceitos como ‘sociedade pós-industrial’ pretendem ressaltar” (JAMESON, 1997, p. 22).¹⁷

Em seu livro *O capitalismo tardio*, Mandel identifica a existência de três momentos fundamentais da história do capitalismo – o capitalismo de mercado (1846-1890), o capitalismo monopolista ou imperialista (1890-1945) e o capitalismo tardio (a partir de 1945).¹⁸ Jameson toma como base o conceito de capitalismo tardio para defender que uma nova onda de expansão capitalista teria sido inaugurada logo após a Segunda Guerra Mundial (JAMESON, 2006a, p. 43). Esta teria sido uma solução que salvou, pelo menos momentaneamente, o sistema da depressão econômica, com a destruição em massa de capital sobreacumulado e o investimento em inovações tecnológicas, abrindo um período de mudanças fundamentais nos países de capitalismo avançado e colocando os Estados Unidos num papel de liderança global.

Assim, o pós-guerra teria marcado o começo de um novo momento social, não no sentido pós-industrial ou pós-capitalista, mas sim, de uma *forma mais pura e homogênea de capitalismo*, tendo em vista que fenômenos que emergiram nesse período – como a “Revolução Verde” e o avanço da indústria cultural – corroboraram para que o sistema, em sua crescente ambição de abarcar novas esferas da vida social ao seu processo de desenvolvimento, operasse a colonização final do que seriam os últimos enclaves pré-capitalistas, até então resistentes à lógica capitalista e mercantil: a Natureza e o Inconsciente. Com isso, o capitalismo teria se tornado um *sistema total* – já que não existiria mais nada fora dele (JAMESON, 1997, p. 100) – ou ainda, teria atingido uma *modernização totalmente implantada*, superando todos os obstáculos que antes se deparava em seu processo de expansão e desenvolvimento:

17 Nas palavras de Jameson, obra de Mandel foi “o que tornou possíveis os meus próprios pensamentos sobre o ‘pós-modernismo’, que devem, a partir de então, ser entendidos como uma tentativa de teorizar sobre a lógica específica da produção cultural nesse terceiro estágio, e não como uma outra crítica cultural incorpórea ou como um diagnóstico do espírito do tempo” (JAMESON, 2006b, p. 67-68).

18 Tal modelo baseia-se na teoria dos “ciclos de Kondratiev”, ou das “ondas longas”, cuja duração seria de aproximadamente 50 anos, designando a alternância de momentos de expansão, superprodução, recessão e recuperação econômica, ou seja, aceleração/contração periódica da produção e acumulação de capital. Nesse sentido, na interpretação de Mandel (1982), a história do capitalismo em escala global é formada por uma sucessão de movimentos cíclicos (ao todo, quatro ondas longas desde o século XVIII), cada uma correspondendo a momentos pelos que as engrenagens do sistema entraram em crise – devido a suas próprias contradições internas, já que, como Marx já havia denotado, o impulso de maximização de lucros vem sempre acompanhado pela superprodução, queda tendencial da taxa de lucro, etc. – bem como a saltos tecnológicos que o sistema teve que dar para se renovar (expansão e generalização da máquina a vapor; a aplicação do motor elétrico e de combustão; computação, energia nuclear e mecanização da agricultura).

(...) a longo prazo, o moderno triunfa sobre e aniquila completamente o velho: a natureza é eliminada juntamente com o velho campo da agricultura tradicional; até os monumentos históricos sobreviventes, agora limpos, tornam-se simulacros brilhantes do passado, e não sua sobrevivência. Agora tudo é novo, mas, pela mesma via, a própria categoria do novo perde seu sentido e torna-se agora algo como um remanescente modernista (*Ibidem*, p. 315).

Assim, o conflito típico da época moderna, do “novo” *versus* o “arcaico”, não constituiria mais um paradigma específico de nosso tempo. A modernidade como “desenvolvimento desigual”, marcada pela coexistência dialética de diferentes temporalidades (o pré-capitalista e o capitalista, o artesanal e o industrial, a comunidade e a sociedade, o rural e o urbano), ou melhor, como “modernização incompleta”, teria sido superada, contrariando, assim, a tese sugerida por Habermas da modernidade como um “projeto inacabado”.¹⁹ Na visão de Jameson, passamos a viver numa sociedade mais homogeneamente modernizada, em que todos os traços residuais arcaicos que restavam de uma economia mais antiga – a agricultura, os camponeses, as pequenas unidades de negócio, o comércio pequeno-burguês, o artesanato – bem como as próprias noções modernas de temporalidade, historicidade, profundidade e memória, desapareceram, e em que as formas de produção foram definitivamente subordinadas ao sistema efêmero do mercado, das multinacionais, das novas tecnologias comunicacionais e de transporte, etc.. Assim, o autor enfatiza que a modernização em seu sentido clássico não seria mais possível (ou ainda, que a industrialização e o modelo de produtividade moderno tornaram-se anacrônicos), tendo em vista a mobilidade extraordinária de capital pelo mundo, a nova indústria de alta tecnologia, a descolonização, a maior atração do capital por novas oportunidades de investimento e pela tecnologia cibernética, etc.²⁰ Dessa forma, a época moderna na verdade teria sido superada para que o capitalismo atingisse um patamar superior de desenvolvimento, produzindo um tipo de formação social mais moderno do que a própria modernidade foi capaz de produzir.²¹

19 Nas palavras do autor, “o ‘moderno’ deve agora ser rebatizado de ‘pós-moderno’ (já que o que chamamos de moderno é a consequência da modernização incompleta e deve, necessariamente, definir-se em contraposição a um residual não-moderno, que não mais vigora na pós-modernidade enquanto tal – ou melhor, cuja ausência define esta última)” (JAMESON, 2006c, p. 108).

20 Isso fica claro quando Jameson cita a obra de Robert Kurz, avaliando que no atual momento da “pós-modernidade pós-industrial”, o modelo clássico de modernização se tornou obsoleto, não somente porque “suas taxas de lucro são muito mais baixas que o que se pode obter na alta tecnologia, como também a velocidade das novas transferências internacionais torna bastante mais fácil para o capital móvel escapar às águas morosas das fábricas mais antigas e se teletransportar para a frente em arranjos mais atraentes” (JAMESON, 2004, p. 100).

21 Ou seja, “Tudo chegou à mesma hora no grande relógio do desenvolvimento ou da racionalização (ou pelo menos foi o que se deu segundo a perspectiva do ‘Ocidente’)” (JAMESON, 1997, p. 313-314). Perry Anderson (1986, p. 10) descreve, igualmente, esse processo de “modernização completa”: “Depois de 1945, tinha definitivamente acabado em todos os países a velha ordem semiaristocrática ou agrária, com tudo o mais que compunha seu séquito. A democracia burguesa finalmente se universalizara. Com isso, alguns laços críticos com um passado pré-capitalista soltaram-se bruscamente. Ao mesmo tempo, o Fordismo chegou com força total. A produção e o consumo de massa transformaram as economias da Europa Ocidental segundo o figurino norte-americano. Já não poderia haver a menor dúvida quanto ao tipo de sociedade que esta tecnologia consolidaria: instalara-se agora uma civilização capitalista opressivamente estável, monoliticamente industrial”.

Além disso, na visão do autor, após a lógica do capital ter penetrado e se generalizado para todas as instâncias da vida e a natureza ter sido definitivamente dominada, a cultura efetivamente se tornou uma “segunda natureza”. Assim, outro processo fundamental que configuraria o capitalismo em seu terceiro estágio de desenvolvimento seria a dissolução da autonomia que a esfera cultural antes detinha no período moderno, de forma que ela se tornou não só coextensiva a toda a vida social – num processo de “aculturação” da realidade (algo visível, por exemplo, nas paisagens urbanas cada vez mais saturadas por imagens e propagandas) – como também um elemento fundamental de legitimação da acumulação capitalista, seja na condição de um ramo da economia (a indústria cultural, a grande mídia, etc.) ou como marco de todo um conjunto de comportamentos e valores sociais, novos tipos de consumo e moda (JAMESON, 1997, p. 13).

Nesse sentido, Jameson se apropria e ressignifica o conceito de pós-modernismo também para demonstrar que cada estágio do capitalismo é acompanhado de uma lógica cultural específica. Com isso, realizou um aporte na periodização tripartite de Mandel, mostrando como cada mutação do sistema correspondeu não apenas a reconfigurações econômicas e tecnológicas, como também a “revoluções culturais” e linguísticas: no caso do capitalismo de mercado, o realismo; o modernismo, na fase imperialista; e no capitalismo tardio, o pós-modernismo (JAMESON, 2006b, p. 66). Para Jameson, este último – que no âmbito da cultura, se expressou inicialmente em uma série de objetos artísticos que começaram a surgir nos Estados Unidos nos anos 1960 em reação ao alto modernismo, após este ter institucionalizado e passado a ser percebido como “acadêmico” por toda uma nova geração de poetas, pintores e músicos (JAMESON, 2006a, p. 42-43) – teria se consolidado como uma “dominante cultural” nos anos 1980, no momento em que o sistema absorveu e neutralizou o discurso vanguardista presente em tais manifestações culturais, transformando-o numa retórica esvaziada de celebração eclética e dispersa do pluralismo, da heterogeneidade e da coexistência de múltiplos grupos sociais fragmentados, funcional para a manutenção e reprodução de sua lógica de consumo, propaganda, etc.²² E sua consolidação e difusão expressaria, por sua vez, um novo patamar da dominação norte-americana: “a nova cultura pós-moderna global, ainda que americana, é expressão interna e superestrutural de uma nova era de dominação, militar e econômica, dos Estados Unidos sobre o resto do mundo” (JAMESON, 1997, p. 31).

22 Ou seja, para Jameson, existiria uma diferença de temporalidade entre o surgimento e a consolidação das mudanças processadas na economia e na cultura, na medida em que as mutações econômicas teriam precedido o surgimento gradual do pós-modernismo cultural em 1960 (JAMESON, 1997, p. 23). Desse modo, o autor parte da sugestão de Mandel de que os pré-requisitos tecnológicos básicos para o advento do capitalismo tardio estavam dados no final da Segunda Guerra Mundial, mas que, culturalmente, as condições se deram posteriormente, na ruptura geracional e nas transformações sociais e psicológicas dos anos 1960, ideia corresponderia a noção de “revolução cultural” na escala do próprio modo de produção. A década de 1960 teria sido, assim, um passo do amadurecimento da cultura pós-moderna, com o senso de ruptura produzido a partir da explosão de novas práticas artísticas, que se cristalizaria efetivamente nos anos 1980.

DA CRÍTICA CULTURAL À TEORIA SOCIAL

Para chegar a essas constatações, Jameson partiu de um trabalho crítico que combinou análise cultural e descrição histórica. Seguindo toda uma linhagem anterior de interpretação materialista da cultura, o autor defendeu que os objetos culturais pós-modernos poderiam ser encarados como representações oblíquas das circunstâncias mais amplas em que estavam inseridos, ou ainda, como artefatos que teriam a capacidade de servir como um índice e como uma imagem alegórica de época. Ou seja, para Jameson, os produtos culturais não eram nem objetos puramente autônomos, nem um simples “reflexo” da realidade; eles na verdade possuiriam um *inconsciente político*, isto é, inconscientemente, conteriam em si uma historiografia de sua própria época, na maioria das vezes de forma reprimida ou latente, sendo tarefa do crítico conseguir interpretá-la e decifrá-la. Sua análise do pós-modernismo parte, assim, da mais variada gama de textos e artefatos culturais, que são tratados não como meros exemplos ilustrativos, mas elementos particulares que traduziam, em seus próprios termos, momentos da totalidade social, pelos quais é possível extrair uma imagem e narrativa do período histórico em questão. Desse modo, as produções culturais pós-modernas permitiram que o autor mapeasse os traços sociais e históricos da sociedade e, assim, “periodizasse” o capitalismo, algo que o fez formular pela primeira vez, ou de forma mais completa, uma interpretação da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, pode-se dizer que, no momento em que Jameson adentra no debate sobre o pós-modernismo, sua obra passa a apresentar uma teoria social ou uma teoria do capitalismo contemporâneo, cujo ponto de partida é a análise da superestrutura – que, devido a um processo de “desdiferenciação” das esferas, implicaria necessariamente uma análise estrutural.²³ A partir do exame de uma série de exemplares da arte e do pensamento pós-moderno – como as obras de Andy Warhol, estruturas arquitetônicas (como Hotel Bonaventure), o gênero de “filmes nostalgia” (como *Guerra nas Estrelas*, de George Lucas), a produção literária do escritor E. L. Doctorow, o pensamento de Jean-François Lyotard – o autor delineou um inventário das principais características constitutivas do pós-modernismo, que revelariam traços definidores não só da cultura, mas como da própria realidade, tendo em vista sua compreensão de que os produtos culturais pós-modernos conteriam em si traços estruturais da atual fase do capitalismo (JAMESON, 1997, p. 21). As análises culturais presentes em *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio* projetam, assim, uma imagem da vida social, evidenciando como as transmutações do sistema no pós-guerra foram traduzidas no âmbito da representação (simbólica, cultural,

23 Para Jameson, descrição estrutural e cultural fazem parte de um “circuito de realimentação”, de forma que estão sempre embutidos um no outro (JAMESON, 1997, 18-19): “Dizer que meus dois termos, o *cultural* [pós-modernismo] e o *econômico* [capitalismo tardio], se fundem desse modo um no outro e significam a mesma coisa, eclipsando a distinção entre base e superestrutura, (...) é o mesmo que sugerir que a base, no terceiro estágio do capitalismo, gera sua superestrutura através de um novo tipo de dinâmica. E isso (...) parece nos obrigar, de antemão, a tratar os fenômenos culturais no mínimo em termos de *business*, se não nos termos da economia política” (*Ibidem*, p. 25).

artística) e na psique dos indivíduos, que passaram a ser cada vez mais marcadas pela falta de profundidade, de historicidade, pela fragmentação e redução da experiência ao presente imediato.

Um dos elementos que compõe o quadro da interpretação de Jameson é o de que a cultura pós-moderna revelaria uma predominância crescente do *espaço* sobre o *tempo*, como categoria que passou a organizar com mais força as experiências sociais dos indivíduos. Para o autor, a temporalidade, ou ainda, a relação da sociedade com o tempo e com a historicidade, era uma das características definidoras da sociedade moderna, enraizada na experiência incompleta de modernização do capitalismo, na qual persistia a coexistência entre o novo e o antigo, ou seja, em que ainda vigorava uma experiência de tempo heterogêneo, no qual as noções de passado e futuro orientavam a experiência temporal e a perspectiva da história. Um índice disso seriam os próprios clássicos do modernismo, obcecados pelo sentido do tempo profundo, pela memória e pela duração. Em contraposição, o advento do pós-modernismo representaria o esgotamento dessa relação com o tempo: com a colonização dos últimos enclaves pré-capitalistas, as experiências temporais se tornaram mais homogêneas, ou ainda, mais uniformemente modernizadas. Com isso, a percepção moderna sobre a história entrou em crise; nosso senso de passado e futuro se esfacelou; e o tempo foi reduzido ao presente, ou melhor, à experiência imediata do “aqui e agora” que está ao nosso redor, o espaço. Nossa época se caracterizaria, portanto, não mais por um mundo “lento e vasto, que requeria eras para ser atravessado de caravana ou caravela, um mundo de um tempo mais espesso, como um elemento viscoso”, mas pela agitação do multicultural, das grandes multidões e dos níveis de velocidades vertiginosos (JAMESON, 2006c, p. 96).

Com efeito, na descrição de Jameson, “nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais” passaram a ser dominadas pela categoria espaço, e não mais pela de tempo, de forma que a melhor definição sobre a época pós-moderna seria denominá-la como aquela que se esqueceu de como pensar historicamente (JAMESON, 1997, p. 43). Nesse sentido, o tempo não foi abolido, mas encolhido, fenômeno visível nas experiências temporais dos produtos da cultura de massa (vídeo, cinema, etc.), mas também no domínio da economia (transações financeiras) e da política (perda coletiva da historicidade, inabilidade de imaginar futuros alternativos) (JAMESON, 2015, p. 105). Desse modo, o futuro desvanece como impensável ou inimaginável, enquanto o próprio passado se transforma em imagens empoeiradas, em pastiches.

Para o autor, outro sintoma social representado no âmbito da arte, e que expressaria de maneira aguda essa crise de temporalidade e de historicidade, seria o surgimento de um novo tipo de subjetividade, que ele caracteriza como “esquizofrênica”.²⁴ Em sua

²⁴ Na acepção empregada por Jameson, tomada de Lacan, consciência esquizofrênica é um sintoma que impede o estabelecimento de cadeias de significação do sujeito e de relação entre passado-presente-fu-

avaliação, o sujeito centrado moderno teria sido substituído pelo “sujeito esquizofrênico”, marcado por uma experiência fenomenológica presentificada e por uma matriz emocional constituída pelo que Lyotard denominou de “intensidades” (euforia, *badtrips*, *burnouts*, etc.), que suplantaram os afetos e psicopatologias típicas da modernidade (alienação, anomia, solidão, ansiedade, neuroses, histerias).²⁵ Assim, a formação da subjetividade pós-moderna estaria relacionada a um processo de aprisionamento existencial ao presente e a um enfraquecimento da integridade psíquica, tornando-se extremamente debilitada – uma “montanha russa” que oscila da euforia consumista à depressão (JAMESON, 1997, p. 29). Além disso, diante da “explosão da cultura” e do poder da propaganda e da mídia, que tornaram a realidade em pura aparência (estética, fetichizada e libidinizada), ela tornou-se um “repositório de imagens e de simulacros” (*Ibidem*, p. 45;143). Para Jameson, isso denotaria o quanto o pós-modernismo representaria também uma nova escala do fenômeno da reificação capitalista descrita por Lukács, que se utilizaria também de imagens e, não exclusivamente de objetos, como suporte material. Nesse sentido, o fetiche, derivaria não apenas da autonomia ilusória das coisas, mas também das imagens, generalizando-se seus efeitos na vida cotidiana, cada vez mais fragmentada; ou seja, enquanto ilusão, teria assumido como forma de existência outra ilusão, as imagens (*Ibidem*, p. 35).²⁶

Para Jameson, essa mutação na subjetividade se traduziria, por sua vez, em novas experiências urbanas, sobretudo nas grandes cidades. O progresso tecnológico, o sistema de transportes, os arranha-céus, a temporalidade da mercadoria, do consumo, da troca, a demolição da memória – que já eram sentidos de forma intensa pela subjetividade mo-

turo, imprescindíveis para a produção de um senso unitário de realidade. Em consonância com Jameson, Anderson (1999, pp. 67-8) dirá que “apagando-se num perpétuo presente, os estilos e imagens retro proliferam como substitutos do temporal”, conduzindo à “perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória”. Hobsbawm (2000, p. 13) dirá “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. Em sentido semelhante, Žižek (2005 p. 301) recai sobre a falta de significado histórico do presente, se perguntando: “não seria essa a condição de todos nós hoje em dia? (...) o presente é vivenciado como uma confusa sucessão de fragmentos que se evaporam rapidamente de nossa memória?”.

25 Jameson identifica esse deslocamento na comparação entre a obra de Andy Warhol e o quadro *O grito*, de Munch: “As grandes figuras de Warhol – a própria Marilyn ou Edie Sedgwick –, os casos notórios de autodestruição e *burnouts* do final dos anos 60 e a proliferação das experiências com drogas e a esquizofrenia pareceriam não ter mais quase nada em comum com as histéricas e neuróticas do tempo de Freud, ou com aquelas experiências canônicas de isolamento radical e solidão, de revolta individual, de loucura como a de Van Gogh, que denominariam o período do alto modernismo. Essa mudança na dinâmica da patologia cultural pode ser caracterizada como aquela em que a alienação do sujeito é deslocada pela sua fragmentação” (JAMESON, 1997, p. 42).

26 Nesse sentido, segue também a definição de Guy Debord, em *A sociedade do espetáculo*, quando descreve a imagem como “a forma final da reificação da mercadoria” (*Ibidem*, p. 246). Para Jameson, a mercadoria passou a se identificar cada vez mais com sua própria imagem (marca ou logotipo), transformando-se numa imagem libidinal de si mesma, ou ainda, tornando-se cada vez mais sua própria ideologia, de forma a reforçar as práticas de consumo como extremamente funcionais na reprodução e legitimação do sistema (JAMESON, 2008, p. 363-364). Um exemplo disso seria a propaganda e seus anúncios: em vez de apresentar as qualidades dos produtos que estão à venda no mercado, buscam apenas valorizá-los a partir da sua imagem, de forma que eles “transformam-se no próprio conteúdo das imagens da mídia” (JAMESON, 1997, p. 282). Além disso, a transformação da mercadoria em sua própria imagem teria intensificado ainda mais o ocultamento dos traços da produção capitalista hoje, de forma que o consumidor dos produtos vendidos pelos anúncios da propaganda está cada vez mais longe de “se lembrar do trabalho que foi necessário para produzir seus brinquedos e mobílias”, e “pensar nas mulheres do Terceiro Mundo cada vez que usar seu processador de textos” (*Ibidem*, p. 318). Assim, numa “sociedade que quer se esquecer das classes sociais, a reificação nesse sentido de embalar-o-consumidor é realmente muito funcional” (*Ibidem*, p. 318).

derna, tal como registrado na descrição da Paris de Baudelaire (*Ibidem*, p. 71) – passaram a impactar ainda mais a vida social, permeada por um ritmo capitalista de revolucionamento das forças produtivas e do meio ambiente ainda mais incessante e exacerbado, e por uma sensação avassaladora de efemeridade e velocidade. A pós-modernidade deveria designar, assim, o acirramento da forma como a sociedade capitalista se submete a um ritmo intenso de mudanças, sendo que estas significariam cada vez mais, ao mesmo tempo, uma padronização igualmente sem paralelos – dos modos de vida, da vida psíquica, das mercadorias, do espaço construído (JAMESON, 2006c, p. 102). Desse modo, diferentemente do que mostra a celebração da diferença e heterogeneidade pós-moderna, a vida social teria se tornado mais padronizada e homogeneizada na visão de Jameson. O efeito perverso disso é que a mudança se tornou o seu oposto, o estático: a “persistência do Mesmo através da absoluta Diferença – a mesma rua com edifícios diferentes, a mesma cultura através de novas trocas de pele momentâneas – leva a mudanças e ao descrédito, já que, a partir de então, a única mudança radical concebível consistiria em colocar um fim à própria mudança” (*Ibidem*, p. 105).

Assim, a vida social seria marcada por experiências cada vez mais urbanas, tecnológicas e efêmeras, num espaço homogeneizado e regido por uma temporalidade absoluta do tempo presente, o qual ele denominou de *hiperespaço*. Para o autor, a consolidação deste modificou o sentido da existência dos sujeitos sociais, que passou a não corresponder mais ao do corpo humano na natureza, a do indivíduo na comunidade orgânica dos vilarejos, ou do cidadão no Estado-Nação (*Ibidem*, p. 146-147), mas o do sujeito em um vasto sistema mundial, produto da abolição de fronteiras e das redes de transporte e comunicação. Nesse sentido, o processo de modernização do terceiro momento de expansão capitalista teria criado uma configuração espacial que colocou novos dilemas para se pensar a totalidade social, já que houve uma mudança profunda na relação cognitiva do sujeito com o espaço, ou ainda, que as constantes mutações espaciais não se seguiram de uma mutação subjetiva equivalente:

(...) não possuímos o instrumental perceptivo para nos emparelhamos a esse novo hiperespaço (...) em parte porque nossos hábitos perceptivos foram formados naquele antigo tipo de espaço, que eu chamei de espaço do alto modernismo. A recente arquitetura – assim como muitos outros produtos culturais (...) – representa, portanto, algo como um imperativo ao crescimento de novos órgãos, que expandam os nossos sentidos e os nossos corpos até novas dimensões, ainda inimagináveis, talvez até, em última instância, impossíveis (JAMESON, 2006a, p. 31).²⁷

27 Tal desnorteamento espacial é tipificado em sua descrição do *Hotel Westin Bonaventure*, construído em Los Angeles por John Portman. Diferentemente dos monumentos arquitetônicos do alto modernismo, que pretendiam ser um espaço utópico radicalmente separado do tecido urbano degradado, o Hotel Bonaventure é a representação de como os edifícios da arquitetura pós-moderna visam à construção de espaços que se confundem com a própria malha urbana e abolem a diferenciação entre ambiente interior e exterior: “eles não mais tentam inserir (...) uma nova linguagem utópica, diferente, elevada, em meio ao mau gosto e ao comercialismo do sistema de signos da cidade que os circunda, mas sim buscam falar exatamente

A identificação e interpretação desses dois problemas – a constituição de um hiperespaço e a questão subjetiva que ele engendra – formam as bases fundamentais da formulação de Jameson do conceito de globalização nos anos 1990, a partir do qual o autor dá continuidade às elaborações dos principais traços e sintomas do momento pós-moderno do capitalismo, incorporando ajustes e novos elementos a sua teoria (JAMESON, 2015). Com isso, o autor pressupõe que, se o capitalismo em seu último estágio de desenvolvimento é marcado por uma absoluta espacialização e compressão do tempo ao presente, então que sua análise também deve se dar necessariamente através de uma matriz espacial – algo que o termo globalização permitiria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse breve panorama sobre a intervenção de Jameson no debate sobre a pós-modernidade, algumas considerações podem ser feitas. Em primeiro lugar, pode-se dizer que sua abordagem redirecionou os termos das discussões vigentes sobre o tema até aquele momento. Além disso, ao encarar de maneira rigorosa o problema sobre o pós-modernismo – suas características fundamentais, “se ele sequer existe, se o próprio conceito tem alguma utilidade ou se, ao contrário, é apenas uma mistificação” – sustentou uma posição distinta de outros teóricos marxistas, que preferiram repudiar por completo ou insistir na sua irrelevância, já que se tratava de uma perspectiva que confrontava diretamente preceitos básicos da tradição marxista. O autor se destacou, portanto, por ponderar que um posicionamento sobre o tema era necessário, e que isso não passava por uma questão de “celebração” ou “rejeição”, de apologia ou condenação. Assim, não rejeitou ou simplesmente julgou moralmente o pós-moderno como uma posição antimarxista; pelo contrário, retomando os princípios elencados em *Marxismo e Forma*, procurou fazer um “acerto de contas”, retrabalhando os alcances e limites do conceito, reconectando-o e reinscrevendo-o na realidade concreta a qual ele estava vinculado: a história do capitalismo e as mutações que este sistema havia passado a partir do pós-guerra.

Para tanto, seguiu um dos principais legados da obra de Marx: a reflexão dialética sobre os processos históricos. Assim, da mesma forma como este analisou o desenvolvimento do capitalismo moderno como portador tanto do progresso quanto da catástrofe – ou seja, como estágio histórico simultaneamente progressivo e contraditório, alimentado pelas duas faces, negativa (exploração, reificação, dominação, desigualdade, etc.) e positiva (urbanização, industrialização, etc.), do desenvolvimento capitalista –, a emergência do período pós-moderno é analisado por Jameson nesse mesmo protótipo dual e ambi-

essa linguagem, usando seu léxico e sua sintaxe, que foi, emblematicamente, ‘aprendida em Las Vegas’ (JAMESON, 1997, p. 65). O Hotel Bonaventure, nesse sentido, aspiraria ele mesmo “a ser um espaço total, um mundo completo, um tipo de cidade miniatura” que “não quer ser uma parte da cidade, mas, sim, o seu equivalente e o seu substituto”; o principal indício disso seria o seu revestimento de vidro espelhado que, através de seu reflexo, “repele a cidade” (*Ibidem*, p. 33).

valente, levando em consideração suas promessas (pluralismo, liberação, etc.) e perdas (homogeneização, falta de historicidade, fragmentação, etc.).²⁸ Num momento em que não havia um consenso sobre o sentido das mudanças de época processadas no final do século XX (que para muitos significava a emergência de uma ordem social completamente nova, que colocava em xeque diversos conceitos clássicos de explicação) e qual seria a melhor forma para nomeá-las (sociedade pós-industrial? sociedade pós-moderna? do consumo, informação, mídia, tecnologia?), o autor conseguiu, então, sustentar uma posição que não caiu na dupla armadilha de defender ou uma posição nostálgica de uma volta ao passado moderno, ou de simplesmente se acomodar no discurso de que tudo mudou e de que viveríamos mediante circunstâncias completamente novas.

Assim, sua postura foi a de trabalhar uma série de conceitos, correlacionando-os para chegar a uma caracterização do fenômeno que realmente deveria ser objeto de debate entre os teóricos sociais (a inauguração de um novo estágio do capitalismo): o termo *capitalismo tardio*, subsequente à fase monopolista ou imperialista, tal como descrita por Lenin; a ideia de *pós-modernismo*, que substituiu o modernismo enquanto dominante cultural; a ideia de “*modernização completa*”, que definiria, em termos econômicos e sociais, a colonização final de todas as esferas da vida pelo capitalismo e dos últimos enclaves modernos de resistência à mercantilização. Nesse quadro, o termo pós-modernismo, em especial, é concebido não apenas como uma teoria epistemológica ou uma nova estética, mas como um *fenômeno social*, ou melhor, como uma revolução cultural concomitante à uma reconfiguração do modo de produção capitalista, compreensão que o permitiu o mapeamento de uma série de traços característicos de nossa época. Com isso, Jameson tanto desmente o anúncio de que as capacidades explicativas do marxismo teriam colapsado, quanto evidencia como, no fundo, o avanço tecnológico, o crescente papel da imagem, do vídeo e da propaganda, a presença de novas tendências do cinema, de radicais mudanças na arquitetura, na literatura, etc., revelavam para essa tradição novos paradigmas para a compreensão da própria sociedade capitalista, entre elas a de interpretar uma sociedade em que a imagem se sobrepõe às coisas, em que os indivíduos se veem imersos na ideia de “presente perpétuo” (JAMESON, 2006a, p. 44.).

Assim, apesar do debate pós-moderno há tempo ter deixado de ser uma “moda intelectual”, tal como foi nos anos 1980, pode-se dizer que uma série de problemas por ele tematizados (como a questão da fragmentação, da perda de historicidade, presentificação, falta de profundidade, etc.) persistem, sendo ainda possível extrair dele contribuições para pensar a subjetividade contemporânea e os fenômenos sociais das grandes cidades

28 “Marx nos incita a fazer o impossível, a saber, pensar esse desenvolvimento de forma positiva e negativa ao mesmo tempo; em outras palavras, chegar a um tipo de pensamento capaz de compreender ao mesmo tempo as características demonstravelmente funestas do capitalismo e seu extraordinário dinamismo liberador em um só raciocínio e sem atenuar a força de nenhum desses dois julgamentos. Devemos, de algum modo, elevar nossas mentes até um ponto em que seja possível entender o capitalismo como, ao mesmo tempo, a melhor e a pior coisa que jamais aconteceu à humanidade” (JAMESON, 1997, p. 73).

globais, cada vez mais rodeadas e saturadas de imagens, formas de consumo, tecnologias, mídias, cultura de massas, etc.. Ao mesmo tempo, um distanciamento crítico da argumentação de Jameson também se faz necessária, a exemplo da noção de “modernização completa”, que claramente evidencia uma visão de centro de capitalismo e que em geral não corresponde ou encontra lastro na realidade dos países periféricos, como é o caso do Brasil e outros países latino-americanos, haja vista, inclusive, que nosso problema por muito tempo passou por compreender, antes de qualquer coisa, se haveríamos conhecido plenamente a própria experiência da modernidade. Nesse sentido, pode-se concluir que, ao não matizar tais diferenças em sua descrição, Jameson acaba universalizando demasiadamente o sentido do pós-modernismo, de forma que parece prudente afirmar que suas formulações apontam tendências gerais fundamentais para entender as dinâmicas da última expansão do capitalismo, mas que elas não devem ser vistas como uma representação do que concretamente é o capitalismo em geral, na medida em que se trata de uma visão que parte de forma nacional específica: a norte-americana. Ao mesmo tempo, é exatamente o “americanismo” de sua teoria que ajuda a entender o pós-modernismo como um fenômeno que foi gestado nos Estados Unidos e posteriormente importado e difundido para outros países, devido a própria posição e influência cultural que este passou a ocupar no sistema mundial no pós-guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Modernidade e revolução. In: *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 2-15, 1986.
- _____. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BADIOU, A. *A Hipótese Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 2008.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENSAÏD, D. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BURAWOY, M. Marxism after communism. In: *Theory and Society*, n. 29, pp. 151-174, 2000.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- CEVASCO, M. E. O sentido da crítica cultural. In: *Revista Cult*, ano 14, n. 3, p. 19-22, 2008.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, T. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. In: *Crítica marxista*, v. 1, São Paulo, pp. 53-68, 1995.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- _____. & TURNER, J. (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- GORZ, A. *O Imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JAMESON, F. "Foreword". In: LYOTARD, Jean-François. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Oxford: Manchester University Press, 1984.
- _____. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. *O inconsciente político*. São Paulo: Ática, 1992a.
- _____. "Periodizando os anos 60". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992b.
- _____. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. "O marxismo realmente existente". In: JAMESON, F. *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- _____. "Pós-modernismo e sociedade de consumo". In: JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- _____. "Marxismo e pós-modernismo". In: JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.
- _____. "As antinomias da pós-modernidade". In: JAMESON, F. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006c.
- _____. "Architecture and the Critique of Ideology". In: JAMESON, F. *The Ideologies of Theory*. London: Verso, 2008.
- _____. *Valences of the Dialectic*. London: Verso, 2009.
- _____. The aesthetics of singularity. In: *New Left Review*, 92, March-April, 2015.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LYOTARD, J. F. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, G. M. C. *Teorias marxistas sobre o capitalismo contemporâneo*. 2012. 324 f. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MUSSE, R. O debate marxista sobre a pós-modernidade. In: *Revista Z Cultural* (UFRJ), ano VII, n. 3, p. 1-5, 2012.

SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

THERBORN, G. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.

TOURRAINE, A. *A sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

WOOD, E. M. What is the “postmodern” agenda? An introduction. In: *Monthly Review*, vol. 47, n. 3, jul-ago 1995.

_____. Modernity, postmodernity, or capitalism? In: *Review of International Political Economy*, v. 4, n. 3, p. 539-560, 1997.

ZIZEK, S. “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: DUNKER, C.; PRADO, J.L. (Orgs.). *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005.

PRÁXISCOMUNAL

Práxis Comunal
v2.n.1 JAN-DEZ. 2019
Periodicidade: Anual

seer.ufmg.br/index.php/praxiscomunal
praxiscomunal@fafich.ufmg.br

MARCELINO, Giovanna Henrique. Fredric Jameson, teórico da Pós-Modernidade.
Data de submissão: 13/08/2019 | Data de aprovação: 09/11/2019

A Práxis Comunal é uma revista eletrônica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como citar este artigo:

MARCELINO, Giovanna Henrique. Fredric Jameson, teórico da Pós-Modernidade. In: **Práxis Comunal**. Belo Horizonte: Vol. 2, N. 1, 2019, pp. 41-88.